

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Projeto: Recuperação do acervo da ORM – Política Operária

RESOLUÇÃO DE FRIBURGO

Documento da ORM - PO, publicado em 22/12/74
Documento digitalizado em: 20.05.2009
Fonte: Acervo Victor Meyer

RESOLUÇÃO DE FRIBURGO

(Documento de autoria do núcleo de militantes da PO exilados na Alemanha sobre a participação de companheiros na redação da revista *Brasil Socialista*. – dez./1974)

1 - Em primeiro lugar temos de verificar que nossas apreensões quanto ao Estatuto da revista e as nossas críticas ao modo de proceder dos companheiros de Paris foram justificadas pelo texto do editorial do primeiro número. Este mostrou que os métodos de trabalho adotados tinham razões políticas e que as divergências surgidas, no fundo dizem respeito à função da revista e a orientação a ser seguida por ela. Trata-se em última instância da linha política na atual fase das lutas de classe no Brasil. Essas divergências se resumem essencialmente no ponto programático da luta por liberdades democráticas que, após as nossas objeções, foi rebatizado pela redação em "luta por liberdades políticas". A mudança de nome, todavia, não alterou o conteúdo político da linha proposta, como mostra claramente o mencionado editorial.

2 - Em que consiste o tal programa democrático, dito político? Após as costumeiras palavras introdutórias e uma profissão de fé de revolução socialista ("*ou será socialista ou não será revolução...*") e depois de pagar o habitual tributo ao papel hegemônico da classe operaria, o editorial entra no assunto propriamente dito:

Hoje, no caminho da Revolução Socialista, levando em conta a atual correlação de forças na sociedade e o baixo grau de consciência, mobilização e organização das massas revolucionárias, preocupa-nos essencialmente organizar a resistência dos trabalhadores contra a ditadura militar. Procuramos estimular, unir e fazer convergir contra o inimigo principal, a ditadura militar, todas as lutas operárias e populares, sejam as de caráter econômico - contra a exploração dos trabalhadores, por melhores condições de vida e de trabalho, etc., sejam as de caráter político - pelas liberdades políticas para a classe operária e o povo, contra a opressão em todas as suas formas, contra o imperialismo. Nosso objetivo imediato é levar as massas a resistirem, a defenderem seus interesses mais vitais, a não cederem sem luta um centímetro ao inimigo; é levar as massas a lutarem e, dentro de seus combates reais, recuperarem a confiança em si mesmas; a reconhecerem seus verdadeiros inimigos; e esclarecer as massas trabalhadoras, por todos os meios ao nosso alcance, para que elas, acumulando forças, preparem-se para passar à ofensiva, pois os fatores decisivos para a derrubada da ditadura militar são a sua ação, organização e violência - por mais que os eunucos do liberalismo pensem em contrário. (grifos nossos).

Que diz essa formulação, aparentemente tão radical, no fundo? "*Fazer convergir contra o inimigo principal - a ditadura militar - todas as lutas operárias e populares...*" seria uma plataforma, que muita gente poderia assinar, do PCB até os "eunucos do liberalismo". Seria uma injustiça, afirmar que todos os matizes do liberalismo estariam, em princípio, contra uma ação violenta da classe operaria para a derrubada da ditadura militar, se o proletariado dessa maneira tirasse as castanhas do fogo para eles. Acontece que semelhante plataforma só contribuiria para preparar o proletariado para que tirasse as castanhas do fogo para os outros, na hora crítica. Enquanto não dizemos nada sobre o caráter de classe da ditadura militar e das lutas contra ela travadas, a classe operária não está em condições de reconhecer os seus verdadeiros inimigos, apesar das afirmações em contrário. E acontece também, e isso não é puro acaso, que a chamada plataforma de luta, democrática, dita política, evita qualquer caracterização classista da ditadura militar. Dessa maneira abre as portas para "acumular forças" no sentido pequeno-burguês, no sentido da

* "*Brasil Socialista*" foi uma revista editada no exterior nos anos de 1974/1977, através de Nouvelles Editions Populaires (Suíça), por exilados brasileiros das organizações MR-8, AP-ML, Polop e outras, que se encontravam na França. O projeto inicial visava a formação de uma "Tendência Proletária" a partir da aproximação dessas organizações, mas a publicação desenvolveu-se no sentido da defesa das propostas de "luta democrática", contrariamente ao posicionamento da Polop. A revista entrava clandestinamente no Brasil e influenciou o movimento de luta pelas liberdades democráticas (Nota dos Editores).

acumulação quantitativa de forças, no sentido de uma diluição das lutas proletárias no "movimento popular".

A PO, desde o primeiro momento, caracterizou a ditadura militar como "ditadura aberta e indireta da burguesia", tirando dessa definição as implicações que se impõem para a luta proletária. Não nos comprometemos com movimentos "anti-ditatoriais" e essa foi a razão decisiva porque rejeitamos, por exemplo, participar no "Movimento contra a Ditadura", que a antiga AP lançou no passado. Nada mudou nas relações de classe no Brasil, que pudesse justificar uma reviravolta nossa, mas se os autores do Editorial pretendem justificar essa estratégia com o "*baixo grau de consciência, mobilização e organização das massas revolucionárias*" (?), certamente não indicam um caminho para superar essas fraquezas. Dito de passagem, o argumento do nosso atraso sempre foi levantado, quando se tratava de justificar posições reformistas ou centristas. E sempre, em todas as fases da luta, defendemos o ponto de vista de que o proletariado brasileiro só se fortalecerá, organizará e mobilizará em torno das suas reivindicações de classe, à base de um programa que corresponda aos seus interesses atuais e futuros. Num país onde a revolução burguesa não esta mais na ordem do dia, onde a revolução "será socialista ou não será revolução", o proletariado só terá consciência de classe quando educado em torno das metas finais da sua luta, quando oposto a todas as formas de ditadura burguesa, também a democrática. É claro que presentemente não podemos dizer ainda o que seguirá a derrubada da ditadura militar. As relações de força hoje existentes indicam que não será seguida de imediato pela Ditadura do Proletariado. O nosso papel, como comunistas leninistas, exige, entretanto, a luta constante e continua, pela Ditadura do Proletariado e pelo socialismo. Para poder intervir em fases críticas, nas quais os objetivos finais ainda não são realizáveis, mas com o fito de aproximar-se deles, incluímos no nosso programa a reivindicação do Governo Revolucionário dos Trabalhadores, como governo de transição. Essas preocupações são estranhas aos autores do Editorial e por isso a sua afirmação que "*se levantarmos esses objetivos imediatos, não estamos afastando nem um pouco da luta pelos objetivos socialistas da Revolução Brasileira*", não passa de uma defesa gratuita.

3 - Outro ponto, o qual temos de discordar e que está estreitamente relacionado com o anterior, consiste nos níveis descritos de "*aproximação alcançados pelas principais organizações da tendência proletária da esquerda brasileira...*". Há uma diferença, entre o trabalho pratico em conjunto (em torno de tarefas concretas) e a criação de uma base teórico-política. O fato de as duas organizações, APML e MR-8, serem as mais chegadas a nós e estarem mais dispostas e capacitadas a ações comuns no interior, não significa ainda a criação de uma base teórico-política comum. É justamente no campo teórico, que a discussão tem de ser adiantada. O MR-8 encontra-se hoje, fundamentalmente, no mesmo nível teórico no qual se encontrava, antes de embarcar na canoa militarista. As suas posições básicas, 'democráticas' e em relação a pequena burguesia, não mudaram. Não fazemos nenhum favor a essas organizações irmãs, se procuramos esconder essas divergências. Por outro lado, a criação dessa prometida base teórica-política comum, no momento, só seria possível, se aceitássemos as posições de luta democrática deles. É isso mesmo que os companheiros de Paris estão fazendo, mas não podem ignorar que isso contradiz as posições fundamentais, que a Organização defendeu em toda sua historia contra posições internas e externas. Nesse momento e para o futuro próximo, o anunciado processo de fusão - e é esta, a impressão que o leitor desprevenido tem que colher do Editorial - só poderia ser realizado sob o preço do abandono de posições fundamentais da Organização, como estão definidas no Programa Socialista. Isso o Editorial está pleiteando, mas, dessa maneira, meramente procura fazer pressão de fora para dentro, tentando criar fatos consumados para os companheiros no Interior*.

4 - Está evidente que os nossos companheiros participantes da revista, fizeram uma serie de concessões teóricas, que se manifestam tanto no conteúdo, como na própria linguagem.

Quando se vê formulações, como a da "*luta contra a ditadura militar e a super-exploração*", só podemos perguntar para que lutamos então? Para o restabelecimento da exploração capitalista comum?

* "Interior": maneira cifrada utilizada pelos militantes da Polop exilados para designar o trabalho político no Brasil.

Com a "luta armada", como "definição revolucionária" já tivemos bastante experiência. Porque se evita apresentar a revolução como insurreição do proletariado e dos trabalhadores do campo? E, finalmente, volta a construção partidária como tarefa a ser realizada, provavelmente com ponto culminante do processo de aproximação "político-ideológico". Semelhante "partido" não passaria de fato de uma construção sectária, e voluntarista, que existiria à margem do proletariado e não como partido da classe operária. Não é de admirar, nessas circunstâncias, que o Editorial em toda a sua extensão não entra em nenhuma tarefa concreta da vanguarda revolucionária no Brasil e em nenhum dos problemas agudos da sua luta de classes. Contenta-se em "construir".

5 - Quanto aos métodos do trabalho criticados, as nossas objeções foram confirmadas. Não tivemos oportunidade de discutir e propor emendas, nem para o Estatuto e nem para o Editorial. Quanto ao Estatuto, recebemos um projeto, mas quando houve oportunidade de debate, o projeto já estava superado e elaborado um outro, que íamos receber em seguida. Quando o recebemos e mandamos as nossas críticas (num prazo de 72 horas) o duvidoso texto já tinha sido aprovado pela redação, como fato consumado. No que diz respeito ao Editorial, o processo foi semelhante.

Queremos deixar claro que essas críticas não atingem os companheiros da APML e do MR-8, que nesse caso só devem justificativas às suas organizações. Estamos criticando aqui o desempenho dos nossos companheiros, que consciente ou inconscientemente passam por cima de decisões coletivas.

6 - Temos de deixar claro que a orientação da revista "Brasil Socialista" não corresponde às posições da PO no Interior, tal como vem sendo defendidas desde seu surgimento. Da mesma forma, a maneira da organização da redação da revista não se deu conforme os padrões de trabalho em frente, que costumam ser adotados pela Organização em tais casos. Por isso decidimos:

- convidar os companheiros que se identificam com a linha política da PO no Brasil a se demitirem do corpo de redatores e administradores da revista;
- entregar à redação uma declaração, que esclareça esses fatos e que desmintam a impressão causada pelo editorial no sentido da participação da PO na direção de "Brasil Socialista";
- Livrar da responsabilidade da redação, não há impedimento para colaboração assinada sob a condição de a liberdade de exposição das nossas posições estar garantida mesmo quando se chocarem com a orientação impressa pela revista.

(22/12/74)
